



(Provisório)

SUMÁRIO

1. CABIMENTO.....	19
1.1. Introdução.....	20
1.1.1. Cabimento Contra Sentença	21
1.1.1.1. Conceito de sentença.....	21
1.1.1.2. Dificuldades Concretas na Distinção entre Decisão Interlocutória e Sentença	25
1.1.1.2.1. Decisão Ilíquida	25
1.1.1.2.2. Procedimentos Especiais.....	28
1.1.2. Cabimento Contra Sentença	31
1.1.2.1. Introdução	31
1.1.2.2. Recurso Ordinário Constitucional.....	32
1.1.2.3. Embargos Infringentes	34
1.1.2.4. Recurso Inominado	36
1.1.2.5. São Justificáveis as Exceções Legais ao Cabimento de Apelação contra Sentença?	39
1.1.3. Cabimento contra Decisão Interlocutória	41
1.1.3.1. Introdução	41
1.1.3.2. Decisões Interlocutórias Recorríveis por Agravo de Instrumento.....	41
1.1.3.2.1. Rol Legal.....	41
1.1.3.2.2. Decisões Interlocutórias previstas fora do art. 1.015 do CPC	42
1.1.3.2.3. Decisões Interlocutórias previstas no art. 1.015 do CPC	43
1.1.3.2.3.1. Tutela provisória	43

1.1.3.2.3.2.	Decisões de mérito	44
1.1.3.2.3.3.	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem	45
1.1.3.2.3.4.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	46
1.1.3.2.3.5.	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	48
1.1.3.2.3.6.	Exibição ou posse de documento ou coisa.....	49
1.1.3.2.3.7.	Exclusão de litisconsorte	50
1.1.3.2.3.8.	Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio.....	51
1.1.3.2.3.9.	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros	52
1.1.3.2.3.10.	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução.....	52
1.1.3.2.3.11.	Redistribuição do ônus da prova.....	53
1.1.3.2.3.12.	Processos e procedimentos “retrôs”	54
1.1.3.2.3.13.	“Taxatividade mitigada”	55
1.1.3.3.	Decisões Interlocutórias Recorríveis por Apelação ou Contrarrazões de Apelação	56
1.1.3.3.1.	Introdução	56
1.1.3.3.2.	Interposição de Apelação Para Impugnar a Sentença e a Decisão Interlocutória.....	56
1.1.3.3.3.	Apelação apenas para Impugnar Decisão Interlocutória	59
1.1.3.3.4.	Recorribilidade de Decisão Interlocutória em Contrarrazões.....	63
1.1.3.3.5.	Há Uma Escolha da Parte em Apelar ou Impugnar da Decisão Interlocutória em Contrarrazões?.....	67
1.1.3.3.6.	A Condicionalidade do Julgamento da Pretensão Recursal Contida nas Contrarrazões e a Desistência de Má-Fé da Apelação.....	70
1.1.3.3.7.	O art. 1.009, § 1º, do CPC e a Apelação Adesiva..	75
1.1.3.3.7.1.	Introdução.....	75

1.1.3.3.7.2.	Impugnação de decisão interlocutória em contrarrazões de apelação principal e/ou em apelação adesiva	75
1.1.3.3.7.3.	Impugnação de decisão interlocutória em contrarrazões de recurso adesivo.....	80
1.1.2.3.8.	Preclusão Temporal e Impugnação da Decisão Interlocutória nos Termos do art. 1.009, § 1º, do CPC	83
1.1.3.3.9.	Não Interposição de Agravo de Instrumento em Hipótese de Cabimento de tal Recurso	85
1.1.3.3.10.	Sentença Objetivamente Complexa	87
1.1.3.3.11.	Julgamento Antecipado do Mérito	89
2.	PROCEDIMENTO.....	95
2.1.	Tempestividade	95
2.1.1.	Termo Inicial.....	95
2.1.2.	Prazo	99
2.1.3.	Perigos Gerados pelos Embargos de Declaração	101
2.2.	Interposição.....	104
2.2.1.	Peça ou Peças de Interposição.....	104
2.2.2.	Requisitos Formais.....	105
2.2.2.1.	Introdução	105
2.2.2.2.	Nomes e Qualificação das Partes.....	105
2.2.2.3.	Exposição do Fato e do Direito	110
2.2.2.4.	Razões do Pedido de Reforma ou de Decretação de Nulidade.....	112
2.2.2.4.1.	Introdução	112
2.2.2.4.2.	Fundamentos recursais.....	112
2.2.2.4.1.	Extensão do efeito devolutivo (art. 1.013, § 3º, caput, do CPC)	115
2.2.2.4.2.	Impugnação específica dos fundamentos da sentença (e da decisão interlocutória não agravável).....	118

2.2.2.5. Pedido de Nova Decisão.....	120
2.2.3. Intimação do Apelado.....	127
2.2.4. Contrarrazões de Apelação.....	129
2.2.5. Apelação Adesiva.....	132
2.2.6. Réplica Recursal: Injustificável Omissão Legislativa.....	133
2.2.7. Juízo de Retratação.....	136
2.2.8. Remessa dos Autos ao Tribunal.....	139
2.2.10. Questões Novas.....	142
2.2.10.1. Introdução.....	142
2.2.10.2. Requisitos.....	144
2.2.10.3. Procedimento.....	146
2.2.10.4. Impugnação da Decisão Interlocutória.....	151
2.2.10.5. Fatos Conhecíveis de Ofício.....	151
2.2.10.6. Prova Nova em Sede de Apelação.....	152
2.2.11. Procedimento no Tribunal.....	154
2.2.11.1. Distribuição.....	154
2.2.11.1.1. Introdução.....	154
2.2.11.1.2. Regras.....	155
2.2.11.1.3. “Distribuição” por Prevenção.....	156
2.2.11.2. Julgamento Monocrático.....	158
2.2.11.2.1. Introdução.....	158
2.2.11.2.2. Inadmissão.....	159
2.2.11.2.3. Julgamento do Mérito.....	165
2.2.11.3. Atos Preparatórios do Julgamento Colegiado.....	170
2.2.11.3.1. Preparação do Voto e Pedido para Julgamento..	170
2.2.11.4. Sessão de Julgamento.....	171
2.2.11.4.1. Sustentação Oral.....	171
2.2.11.4.2. Ordem.....	174
2.2.11.4.3. Prazo.....	175
2.2.11.4.4. Conteúdo.....	179

2.2.11.4.5. Forma.....	184
2.3. Julgamento Estendido	186
2.3.1. Natureza jurídica	186
2.3.2. Cabimento.....	189
2.3.3. Objeto de Cognição e Decisão a Partir da Formação do Quórum Qualificado	195
2.3.4. Procedimento	200
2.3.4.1. Momento de Instauração do Julgamento	200
2.3.4.2. Julgamento Estendido na Própria Sessão	202
2.3.4.3. Julgamento Estendido em outra Sessão.....	208
2.3.4.4. Convocação dos Novos Julgadores.....	210
3. LITISCONSÓRCIO	213
3.1. Introdução.....	213
3.2. Efeito Expansivo Subjetivo.....	214
3.2.1. Introdução	214
3.2.2. Melhora na Situação do Litisconsorte que não recorreu	215
3.2.3. Piora na situação do Litisconsorte que não apelou.....	220
3.2.4. Efeito expansivo Subjetivo e Pluralidade de Recursos....	223
3.3. Prazo.....	227
3.3.1. Prazo em Dobro previsto no art. 229 do CPC	227
3.3.2. Prazo em Dobro na Apelação e a Súmula 641 do STF...	228
3.3.3. Prazo em Dobro da Apelação e Ausência de Defesa de um dos Réus	230
3.4. Apelação Interposta por apenas um dos Litisconsortes e Prática de Atos pelo Litisconsorte não Apelante.....	231
3.4.1. Aderência à Apelação Interposta por Litisconsorte.....	231
3.4.2. Complementaridade.....	233
3.4.3. Entrega de Memoriais e Despacho como os Desembar- gadores	237
3.4.4. Sustentação Oral.....	238

3.4.5. Interposição de Embargos de Declaração do Julgamento da Apelação	240
3.4.6. Agravo Interno contra Decisão Monocrática da Apelação	241
4. EFEITO SUSPENSIVO DA APELAÇÃO	245
4.1. Introdução	245
4.2. Espécies de Efeito Suspensivo	248
4.2.1. Efeito Suspensivo Próprio (ope legis).....	248
4.2.2. Efeito Suspensivo Impróprio (ope iudicis)	252
4.3. Realidade na Apelação.....	253
4.3.1. Introdução	253
4.3.1.1. Apelação sem Efeito Suspensivo no CPC.....	254
4.3.1.1.1. Sentença que homologa divisão ou demarcação de terras	254
4.3.1.1.2. Sentença que condena a pagar alimentos	255
4.3.1.1.3. Sentença que extingue sem resolução de mérito ou julga improcedentes os embargos do executado	259
4.3.1.1.4. Sentença que julga procedente o pedido de instituição de arbitragem.....	262
4.3.1.1.5. Sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória.....	262
4.3.1.1.6. Sentença que decreta a interdição	267
4.3.1.1.7. Ação monitória.....	269
4.3.1.2. Apelação sem Efeito Suspensivo em Legislação Extravagante	270
4.3.1.2.1. Introdução	270
4.3.1.2.2. Ações constitucionais	272
4.3.1.2.3. Ações locatícias	274
4.3.1.2.4. Processo coletivo.....	275
4.3.1.2.4.1. Ação civil pública	275
4.3.1.2.4.2. Ação popular	279

4.3.2.1.5. Ação de improbidade administrativa.....	281
4.3.2. Requisitos para a Obtenção do Efeito Suspensivo na Apelação.....	283
4.3.2.1. Tutela da Evidência.....	283
4.3.2.2. Tutela de Urgência.....	286
4.3.2.2.1. Introdução.....	286
4.3.2.2.2. Risco de dano grave ou de difícil reparação.....	287
4.3.2.2.3. Demonstração de probabilidade de provimen- to do recurso.....	290
4.3.3. Procedimento para a Obtenção do Efeito Suspensivo.....	298
4.4. Efeito Suspensivo Parcial.....	304
4.5. Irrelevância do Efeito Suspensivo.....	307
4.5.1. Efeitos Secundários da Sentença.....	307
4.5.2. Geração de Efeitos Condicionados ao Trânsito em Jul- gado.....	311
5. ATIVIDADE DESENVOLVIDA DE OFÍCIO NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO.....	315
5.1. Introdução.....	315
5.2. Juízo de admissibilidade.....	317
5.2.1. Introdução.....	317
5.2.2. Causas de Inadmissão da Apelação.....	317
5.2.3. Natureza Jurídica do Juízo de Admissibilidade.....	318
5.2.4. Necessidade de Respeito ao Contraditório.....	319
5.3. Profundidade do efeito devolutivo.....	321
5.3.1. Introdução.....	321
5.3.2. Objeto da Profundidade da Devolução.....	321
5.3.3. Devolução de Questões Suscitadas e Discutidas no Processo.....	322
5.3.4. Devolução de Fundamentos do Pedido e da Defesa.....	326
5.3.5. Efeito Devolutivo e Cumulação de Pedidos.....	329

5.3.6. No Sistema atual é quase Irrelevante a causa de pedir recursal?	332
5.4. Efeito Translativo	337
5.4.1. Introdução	337
5.4.2. Objeto do Efeito Translativo	339
5.4.3. Contraditório.....	342
5.5. Efeito Expansivo.....	343
5.5.1. Introdução	343
5.5.2. Efeito Expansivo Objetivo Interno.....	348
5.5.3. Efeito Expansivo Objetivo Integrativo.....	351
5.6. Teoria da Causa Madura	354
5.6.1. Introdução	354
5.6.2. Hipóteses de Cabimento	357
5.6.2.1. Sentença terminativa	357
5.6.2.2. Sentença <i>extra petita</i> e <i>extra causa petendi</i>	360
5.6.3.3. Sentença <i>citra petita</i>	363
5.6.2.4. Sentença não fundamentada	367
5.6.2.5. Efeito Recursal.....	368
5.6.2.6. <i>Reformatio in pejus</i>	371
5.6.2.7. Necessidade de Pedido do Apelante.....	375
5.6.2.8. Contraditório	378
5.6.2.9. Rol Exemplificativo ou Exauriente?.....	381
REFERÊNCIAS	385